



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 7 DE JANEIRO DE 2015.

Nº. 1/2015

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António João Fernandes Colaço, na qualidade de Vice-Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António José Rosa de Brito e Paulo Jorge Maria do Nascimento, na qualidade de Vereadores.

Faltaram à presente reunião o Sr. Presidente da Câmara, cuja falta foi devidamente justificada por estar a gozar um período de férias, e o Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Vice-Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,05 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Paulo Nascimento informou do falecimento do artista plástico Paulo Morais da Cunha Martins, no dia 27 de Dezembro 2014, colaborador da autarquia, fundador e dinamizador do projeto "*Fábrica – Projeto de Artes Plásticas*", que iniciou a sua atividade nas antigas instalações da Fábrica Prazeres e Irmão, tendo manifestado desde essa data uma enorme disponibilidade para colaborar em iniciativas dinamizadas pela autarquia, onde se destacam exposições, ateliers, etc.

Durante todos estes anos o Paulo Morais, pintor, partilhou com muitas dezenas de pessoas de Castro Verde o seu saber, a sua experiência, assumindo de forma responsável a coordenação do atelier Fábrica, trabalhando em prol do desenvolvimento da capacidade criativa e da sensibilização para a arte na nossa comunidade.

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar um Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Morais e expressar as condolências à sua família.

Deu o Sr. Vice-Presidente conhecimento do resultado da lista de premiados resultante do sorteio realizado na sequência da iniciativa de dinamização do comércio local “Ofereça Castro Verde. Compre no comércio local.

Informou ainda o Sr. Vereador Paulo Nascimento que entraram na respetiva tombola cerca de 20.000 cupões, o que traduz um volume de vendas estimado no montante de 250.000 €.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Vice-Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer propostas de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- Ofício da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, informando que na sequência da apreciação do programa de controlo da qualidade da água para consumo humano para o ano de 2015, enviado por esta Autarquia ao abrigo do número 2 do artigo 14º do Decreto-Lei nº. 306/2007, de 27 de agosto, verificou que o mesmo contém todos os elementos conforme o exigido.
- “E-mail” da CIMBAL dando conhecimento que o seu Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Intermunicipal, aprovou um voto de congratulação pela decisão da UNESCO que classificou o Cante Alentejano como Património Cultural Imaterial da Humanidade.
- “E-mail” da Assembleia Municipal de Olhão dando conhecimento da moção de congratulação pela “Inscrição do Cante Alentejano” como Património Cultural Imaterial da Humanidade, apresentada pela bancada da CDU e aprovada por unanimidade.
- Boletim Informativo da Associação de Agricultores do Campo Branco.
- “E-mails” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento dos requerimentos entregues na Assembleia da República para que seja realizada uma audição na Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas sobre a evolução do preço dos combustíveis, e da situação do sector do táxi.
- “E-mail” das Estradas de Portugal dando conhecimento da nomeação do Conselho de Administração conjunto da EP e REFER.

Os documentos acima referidos constituem anexos à presente ata, não se considerando contudo como integralmente transcritos na presente ata.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Mapa Centralizador de Receita e Despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao movimento de tesouraria no período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2013	2.288.343,40 €
Receitas cobradas	9.578.824,98 €
Soma	11.867.168,38 €
Despesas realizadas	10.842.731,60 €
Saldo em 31.12.2014	1.024.436,78 €

- Operações de Tesouraria:

Saldo do ano de 2013	385.441,48 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	879.317,34 €
Soma	1.264.758,82 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	1.042.976,91 €
Saldo em 31.12.2014	221.781,91 €

- Disponibilidades:

Caixa	123,79 €
Fundos de Maneio	.-. €
Instituições Bancárias	1.246.094,90 €
Total das disponibilidades em 31.12.2014	1.246.218,69 €
Documentos	26.740,98 €
Total de movimentos de tesouraria em 31.12.2014	1.272.959,67 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 31 de Dezembro de 2014: 555.039,48 €.

2. - Balancete mensal acumulado (Razão):

Tomou a Câmara igual conhecimento do balancete acumulado (razão) referente ao mês de Dezembro, o qual se anexa à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

3. - Reconstituição do Fundo de Maneio para o ano de 2015:

Foi presente a seguinte informação prestada pela Coordenadora Técnica da Secção de Aprovisionamento e Património:

1º - De acordo com o nº 2 do artº 1º do Regulamento do Sistema de Controle Interno, passou a ser unicamente da responsabilidade da Coordenadora Técnica da Secção do Aprovisionamento e Património, o Fundo de Maneio.

2º - Perante isso e ainda conforme a mesma disposição legal, permita-me propor a V.Exª., o seguinte:

a) Como valor mensal, do fundo de maneio 2.500 €;

b) As despesas pagas pelo fundo de maneio só podem revestir a seguinte natureza:

- Bens: 01.02/02.01.15 -Ofertas - 200,00 €
 - 02/02.01.02.01 - Gasolina - 100,00 €
 - 02/02.01.02.02 - Gasóleo - 250,00 €
 - 02/02.01.05 - Refeições confeccionadas - 200,00 €
 - 02/02.01.06 - Alimentos géneros para confeccionar - 100,00 €
 - 02/02.01.08 - Material de escritório - 100,00 €
 - 02/02.01.20 - Material de educação, cultura e recreio - 100,00 €
 - 02/02.01.21 - Outros Bens - 500,00 €
- Serviços: 02/02.02.09 - Comunicações - 50,00 €
 - 02/02.02.13 - Deslocações e estadas - 350,00 €
 - 02/02.02.15 - Formação - 250,00 €
 - 02/02.02.25 - Outros serviços - 300,00 €

c) Para além das rubricas mencionadas, todas as restantes independentemente das classificações cujas importâncias sejam inferiores ou iguais a 10 €, de acordo com o disposto no art.º 4º do mesmo Regulamento.

3 - Autorização para alterar no final de cada mês os valores disponíveis em cada rubrica aqui apresentada, caso se verifique essa necessidade, sendo posteriormente dado conhecimento dessa alteração.

4 - As despesas realizadas por qualquer serviço, onde não haja suporte quanto à natureza das mesmas são da exclusiva responsabilidade do adquirente.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente reconstituir o fundo de maneiio em causa, cujo montante total é de 2.500 € mensais, nas condições acima referidas, bem como autorizar o respetivo pagamento.

4. - Emissão de pareceres prévios para a celebração de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a seguinte informação/proposta (nº.827) do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos:

“Considerando o disposto no artº 75º/12, da Lei nº 82-B/2014, de 31 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2015, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações ou renovações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no artº 3º da Portaria nº 53/2014, de 3 de Março, que estabelece quais os elementos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Considerando que a mencionada portaria é aplicável à Administração Local Autónoma, pf. do seu artº 2, que manda aplicá-la aos Serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, onde estão incluídas as autarquias locais.

Solicito a V.Exª., e ao abrigo do disposto no artº 75º/5º, da LOE, parecer prévio favorável, da aquisição de serviços, cujo objeto consta do mapa anexo à presente proposta.”

Refere-se o presente pedido de parecer prévio à celebração dos seguintes contratos de:

- Aquisição de serviços para dinamização e ensino do projeto “Cante Alentejano nas escolas”, com Pedro Miguel Carolina Mestre e com David José Varela Pereira, por ajuste direto (regime geral) pelo preço base de 640,00 e 840,00 €/mês, respetivamente.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no art.º 75º/5 e 12 da Lei do Orçamento de Estado para 2015, deliberou, por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador António José de Brito, emitir parecer prévio favorável para a celebração dos referidos contratos de prestação de serviços.

5. - Ratificação da aceitação de doação de sepulturas perpétuas no Cemitério Municipal:

Submeteu o Sr. Vice-Presidente a ratificação da Câmara a decisão que tomou referente à aceitação da doação à Autarquia, por parte da Sr.ª Maria Augusta Guerreiro Mestre dos Santos Carvalho, de três sepulturas perpétuas do Cemitério Municipal, registadas com os n.ºs. 496, 14 e 403, onde estão sepultados seus familiares, Joaquim Guerreiro Mestre, falecido no dia 24.1.62, Maria do Rosário Faustino Mestre, falecido no dia 16.4.71, e Ana Faustino Mestre, falecida no dia 12.4.82, na medida em que as mesmas estão à sua responsabilidade, como herdeira universal dos mesmos, não tendo contudo capacidade para tratar das mesmas campas, devido à sua avançada idade e não residir neste concelho, optando, por isso, doá-las à Câmara Municipal para que não fiquem, mais tarde, numa situação de abandono.

Apreciado o assunto deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente ratificar a decisão tomada quanto à aceitação da doação das sepulturas em causa.

6. - Ratificação da emissão de licença especial de ruído:

Submeteu o Sr. Vice-Presidente a ratificação da Câmara a licença especial de ruído que concedeu a Fernando Manuel Ramos Estaço, em representação da Albergaria A Esteva - Empreendimentos Turísticos Ld.ª, para realização de música ao vivo, no âmbito da festa de passagem de ano, no seu estabelecimento, sito na Rua das Orquídeas n.º.1, em Castro Verde, desde as 19 horas do dia 31 de Dezembro até às 6 horas do dia 1 de Janeiro de 2015, nos termos do art.º 15º. do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º.9/2007, de 17 de Janeiro, com as devidas alterações.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente ratificar a concessão da licença especial de ruído acima referida.

DIVISÃO DE OBRAS, GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

Obras e Loteamentos Municipais:

1. Empreitada de construção do Centro de Iniciativas Empresariais do Baixo Alentejo (CIEBAL): - Prorrogação de prazo de execução:

Foi presente o pedido de prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da empreitada em título, solicitado pela empresa adjudicatária - CONSTROPE - CONGEVIA, por um período de 26 dias, fixando-se assim a conclusão dos mesmos até ao dia 16 de Fevereiro de 2015, conforme plano de trabalhos e cronograma financeiro devidamente atualizados, enviados pela empresa adjudicatária.

Apreciado o pedido, a Câmara, em face do parecer emitido pela Divisão de Obras, Gestão Urbanística e Ambiental, deliberou, por unanimidade e nominalmente, conceder a prorrogação de prazo para execução dos referidos trabalhos, aprovando o respetivo Plano de Trabalhos e Cronograma Financeiro.

2. Plano de Intervenção em Caminhos Rurais/Agrícolas:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade o Plano de Intervenção a efetuar em caminhos rurais/agrícolas, na área do concelho, elaborado pelo Gabinete de Gestão Urbanística e Ambiental, caminhos estes que servem de apoio quer à atividade económica quer no planeamento da defesa da floresta contra incêndios.

Obras particulares:

1.- Projetos de arquitetura:

Foram presentes os projetos de arquitetura apresentados por Vasco Fernando Miranda, para construção de um abrigo agrícola na Herdade dos Cabeceiros e outro no Monte de Vale Gonçalo, sítios na União de Freguesias de Castro Verde e Casével (processos nºs. 22 e 23/2014).

A Câmara, em face dos pareceres proferidos sobre os mesmos projetos pelo Gabinete de Gestão Urbanística e Ambiental, deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprová-los.

2. - Alteração de loteamento (lote 2 - alvará nº.3/2000):

Apreciou a Câmara o pedido apresentado por Francisco José Martins Soares, em que requer uma alteração ao alvará de loteamento nº.3/2000, relativamente ao uso previsto para o lote nº.2, de comércio para habitação, sítio na Rua Nova da Feira nº.1, em Entradas.

Sobre este pedido apreciou a Câmara igualmente o parecer emitido pelo Gabinete de Gestão Urbanística o qual refere que:

- de acordo com o estipulado no alvará, o uso previsto para o lote nº.2 é a atividade comercial.
- após a aquisição do lote nº.2, o requerente procedeu a obras de ampliação do restaurante existente no edifício contíguo, ampliação esta que englobava a área do lote 2 (33 m2), passando o edifício a constituir-se fisicamente como um só prédio destinado a comércio - restaurante, mas registado em dois artigos matriciais diferentes - artigo 875 e artigo 874, este correspondente ao lote nº. 2.
- acontece agora que o requerente procedeu a uma alteração ao edifício onde funcionava o restaurante, transformando-o em moradia unifamiliar, após o fecho da atividade comercial, mantendo-se o mesmo ainda inscrito em dois artigos urbanos.
- ao pretender agora anexar estes dois artigos relativos ao mesmo edifício, que se pretende agora com o uso de habitação, surge a necessidade de alterar o uso previsto no alvará de loteamento definido para o lote nº.2, de comércio para habitação.
- por outro lado e para que esta anexação dos dois artigos seja possível na Conservatória do Registo Predial, torna-se necessário registar no alvará a condicionante, que diga respeito à possibilidade de anexação do lote nº.2 (33 m2) ao prédio contíguo, descrito sob o nº. 434 a que corresponde o artigo urbano nº. 875, condição esta que já se encontrava prevista no

projeto de loteamento inicial e do qual resultou o alvará nº. 3/2000, que se pretende agora alterar, e que por lapso não foi registada anteriormente.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente pronunciar-se favoravelmente sobre a alteração ao loteamento em causa, na medida em que, conforme parecer do Gabinete de Gestão Urbanística e Ambiental, não há inconveniente à mudança de uso do lote nº.2, de comércio para habitação, uma vez que o processo cumpre o disposto nos nºs. 3 e 8 do art.º 27º. do Decreto-Lei nº. 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Atividades de Tempos Livres - Férias de Natal 2014 e Páscoa 2015:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“Na continuidade do Projeto “Férias Grandes” desenvolvido no Verão, a Associação para o Acompanhamento do Desenvolvimento Infantil e Juvenil (APADIG), contextualizada pela parceria com a Câmara Municipal de Castro Verde e o Agrupamento de Escolas de Castro Verde, promoveu, durante a interrupção letiva do Natal, Atividades de Tempos Livres em regime de tempo inteiro.

Assim, mantendo o espírito da proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal, de 18 de Junho de 2014, no que se refere às normas que operacionalizam os ATL's, e na sequência de reunião de trabalho de parceiros, considerando esta iniciativa de interesse comunitário, no âmbito do ponto 4 do artigo 3º., e do artigo 4º., do protocolo celebrado entre esta autarquia e a APADIJ, proponho a atribuição de um apoio de 1.500 € à APADIG para comparticipar o desenvolvimento de ATL's nas interrupções letivas de Natal 2014 e Páscoa 2015 em regime de tempo inteiro.

Conforme informação prestada pela APADIJ, o apoio destina-se a fazer face a despesas de remuneração de colaborações a contratar para o efeito e de aquisição de material de desgaste para atividades a desenvolver.

Mais de informa que, nos períodos em causa, a Biblioteca Municipal Manuel da Fonseca também desenvolve, na sua dinâmica regular de ação, atividades pontuais de ocupação de tempos livres.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, atribuindo à Associação para o Acompanhamento do Desenvolvimento Infantil e Juvenil (APADIG), o apoio financeiro proposta, no montante de 1.500 €, autorizando o respetivo pagamento.

2. - Ratificação da concessão de subsídio atribuído à Associação de Atletismo de Beja:

Submeteu o Sr. Vice-Presidente a ratificação da Câmara a decisão tomada pelo Sr. Presidente quanto ao apoio financeiro concedido à Associação de Atletismo de Beja, com base na seguinte informação prestada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A Câmara Municipal de Castro Verde aprovou, em reunião ordinária de 6 de Novembro de 2013, um protocolo de cooperação com a Associação de Atletismo de Beja para o desenvolvimento de atividades no período 2013-2016.

A cláusula 3 do protocolo define um conjunto de provas desportivas a organizar no período de vigência do mesmo, onde se encontra inscrita a realização do III Grande Prémio de Atletismo do Campo Branco.

Assim, de acordo com a cláusula 4, venho por este meio solicitar a transferência de 1.635 € para a Associação de Atletismo de Beja para fazer face a despesas de organização do III Grande Prémio de Atletismo do Campo Branco, a acontecer em Castro Verde, no dia 4 de Janeiro de 2015.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente ratificar a decisão da atribuição do apoio financeiro concedido à Associação de Atletismo de Beja com base na informação prestada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento.

PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não se verificou a presença de público.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 21,50 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.